

# Democratizar a democracia

A Abong em 2005

*RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES*



## SUMÁRIO

<b>EIXO 1 – Fortalecimento e mobilização da sociedade civil.....</b>	<b>4</b>
1. Fórum Social Mundial 2005	
2. Convênio Abong Coordination SUD	
3. Mesa de Articulação Latino-Americana	
4. Plataforma Portuguesa de ONGs	
5. Assembléia Popular - Mutirão por um novo Brasil	
6. Campanha Cris Brasil	
7. Mobilizações e ações diversas com a participação e/ou o apoio da Abong	
<b>EIXO 2 – Diálogo com a sociedade civil sobre a identidade e o projeto político das ONGs.....</b>	<b>11</b>
1. Seminário Marco Legal em debate no Congresso Nacional	
2. Seminário ONGs e/em Movimentos Sociais - Lançamento e distribuição da publicação sobre Identidade	
3. Ações de comunicação	
<b>EIXO 3 – Controle social das políticas públicas.....</b>	<b>13</b>
1. Seminário Nacional: Novas Estratégias para Ampliar a Democracia e a Participação	
2. Conselhos / Conferências	
<b>EIXO 4 – Democratização da esfera pública.....</b>	<b>17</b>
1. Ação da Abong diante da crise política	
2. A Abong e a Reforma Política nacional	
<b>EIXO 5 – Desenvolvimento institucional.....</b>	<b>19</b>
1. Atividades dos Regionais	
2. Oficinas PDI	
3. Atividades do Conselho Diretor da Abong	
4. Comunicação: boletins, impressos, publicações, outros veículos e ações	
<b>Novas associadas Abong em 2005.....</b>	<b>23</b>
<b>Conselho Diretor 2004-2006.....</b>	<b>24</b>
<b>Diretoria Executiva</b>	
<b>Regionais Abong</b>	
<b>Apoiadores(as).....</b>	<b>24</b>
<b>Expediente.....</b>	<b>25</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>26</b>
Anexo 1 - Carta ao Povo Brasileiro	
Anexo 2 - Nota Pública sobre a Crise Política	

## APRESENTAÇÃO

Mais uma vez, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) vem tornar de conhecimento público seu relatório anual – *A Abong em 2005 – Relatório Anual de Atividades*. O documento foi estruturado com base nos Eixos do Plano Trienal 2004-2006, nos quais foram lançadas as correspondentes atividades e outras diversas ações.

Com 270 associadas de todas as Regiões do Brasil e diferentes áreas de atuação, oito Regionais e inúmeros movimentos, redes, articulações e fóruns parceiros, a Abong, após 14 anos de sua criação, ampliou de maneira significativa seus trabalhos e intervenções na busca de igualdade e justiça social, tanto em âmbito nacional quanto internacional, como poderá ser visto neste documento. Além disso, a Associação tem sido cada vez mais procurada por outros campos da sociedade civil brasileira e instâncias governamentais para, entre outros, o estabelecimento de parcerias, a realização de ações conjuntas, representações sociopolíticas, fornecimento de informações.

O peso de sua atuação se tornou ainda mais evidente diante do conturbado e contraditório cenário político nacional em 2005, aprofundado por denúncias de corrupção, falta de reforma política, continuidade de uma política econômica neoliberal em detrimento das necessidades do povo brasileiro. Em vários momentos dessa crise, a Abong se pronunciou publicamente, inclusive em conjunto com entidades e movimentos parceiros, exigindo a tomada de medidas.

Com isso, deve-se salientar, por fim, que o ano de 2005 marcou a Abong de duas distintas maneiras: de um lado, ampliou enormemente sua atuação; de outro, realizou todas as suas inúmeras ações mesmo com um enorme déficit financeiro, como também poderá ser visto neste relatório. Esta dicotomia só comprova, de fato, uma realidade: o sólido compromisso da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais de concretizar um *outro mundo possível*.

*Taciana Gouveia, Diretora de Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional*

Neste capítulo, encontram-se as ações, articulações e atividades realizadas pela Abong em 2005 e relacionadas ao Eixo 1 - *Fortalecimento e mobilização da sociedade civil* do seu Plano Trienal 2004-2006, cujos objetivos gerais são:

- *Construir uma pauta como base para a negociação de uma agenda comum visando à construção de um modelo de desenvolvimento sustentável;*
- *Ampliar e fortalecer alianças com redes e fóruns de ONGs no Brasil; Ampliar e fortalecer alianças com redes e fóruns de ONGs internacionais;*
- *Fortalecer os regionais da Abong como sujeitos políticos;*
- *Aprofundar o envolvimento da Abong no processo do Fórum Social Mundial como espaço de construção de alternativas ao neoliberalismo e a globalização excludente; Contribuir para a promoção da igualdade racial no país.*

## **1. Fórum Social Mundial 2005**

Em 2005, a Abong deu continuidade ao seu trabalho no Fórum Social Mundial, visando a colaborar com a ampliação e consolidação deste grande processo, que reúne milhares de organizações da sociedade civil e movimentos sociais de todo o mundo. Com isso, continuou integrando no V Fórum Social Mundial – ocorrido em Porto Alegre (Brasil) no período de 25 a 31 de janeiro de 2005 – o Comitê Organizador Brasileiro, o Conselho Internacional e o Secretariado Internacional. Da mesma forma, permaneceu sob a responsabilidade da Abong a personalidade jurídica do Fórum e a sua secretaria e, conseqüentemente, os trabalhos administrativos, financeiros e organizacionais deste processo.

Este envolvimento e compromisso da Abong com o processo Fórum Social Mundial ocasionaram, porém, com esta quinta edição, problemas financeiros e institucionais, conseqüentes de diferentes fatores: despesas de última hora para assegurar o espaço necessário à participação de cerca de 200 mil pessoas em Porto Alegre; perdas cambiais nos recursos recebidos de agências internacionais; a não confirmação dos recursos previamente assegurados por outras entidades. Nesse sentido, todas as instâncias da Abong se mobilizaram e trabalharam para, entre outros, buscar recursos e apoio

de diferentes agentes financiadores, negociar com credores(as), manter as estruturas de sua sede e escritório em Brasília e, além disso, dar continuidade às suas inúmeras atividades. Também foi promovida uma Campanha, com o objetivo de mobilizar pessoas e organizações para buscar os necessários recursos e cobrir a dívida formada pelo V FSM.

Esse empenho da Abong possibilitou que a situação inicial deficitária no valor de R\$ 2.829.835, em 30 de junho de 2005, passasse para um déficit de pouco mais de R\$ 1 milhão, em dezembro de 2005. Para tal, foram imprescindíveis: apoio financeiro de várias agências de cooperação internacional; Abong e Ibase abrirem mão dos recursos que deveriam receber referente a despesas com a administração do V FSM. A campanha, por sua vez, contou com um total de R\$ 51.240,00. Na perspectiva de sanar o déficit restante, três estratégias foram implementadas: a) manter o diálogo em andamento com a cooperação internacional; b) continuar com a campanha junto aos(às) participantes do FSM; c) continuar as negociações com os(as) credores(as) restantes, com o objetivo de abater o pagamento final.

### **1.1- Debates e Seminários**

Além de toda a sua participação política e administrativa no V FSM, a Abong esteve diretamente empenhada na realização de três atividades: um Seminário, no âmbito da Mesa de Articulação de Redes e Associações de ONGs da América Latina e Caribe; um Seminário e uma Mesa de Diálogo e Controvérsias, realizados pelo Eixo Internacional do convênio entre a Abong e Coordination SUD (solidariedade, urgência, desenvolvimento) – celebrado durante o III FSM, em 2003. Várias instâncias da Abong também participaram da realização de outros debates e ações diversas (seminários, mesas de diálogo e controvérsias, etc.), ocorridas por meio dos outros três eixos da parceria com Coordination SUD – Urbano, Rural e Economia Solidária.

#### ***1.1.1 - Mesa de Articulação de Redes e as Associações Nacionais de ONGs da América Latina e Caribe***

A Mesa de Articulação de Redes e Associações Nacionais de ONGs da América Latina e Caribe, da qual a Abong faz parte, organizou, em 28 de janeiro, o *Seminário Internacional Democracia na América Latina: limites e possibilidades para a mudança*, que

contou a participação de cerca de 200 pessoas. O debate teve por base aprofundar os debates ocorridos em um encontro da Mesa de Articulação no Fórum Social das Américas (Quito, junho de 2004), em que um diagnóstico efetuado por ONGs constatou que as mudanças na América Latina, no rumo da democracia, produziram limitadas transformações sociais, no sentido de efetivar melhorias substantivas nas condições de vida de seus povos. Assim, o debate no V FSM foi dividido em dois painéis:

*Painel 1 - Dilemas e desafios democráticos fundamentais na região da América Latina: síntese do estado da questão em alguns países*, que teve duas questões centrais a serem discutidas pelos(as) palestrantes: *Qual é a viabilidade de uma institucionalidade democrática que evolui em um ambiente hegemônico, desfavorável à atenção às demandas da maioria da população? Como romper o círculo de ferro das políticas neoliberais?*

*Painel 2 - Como um processo de integração regional pode contribuir para superar as restrições e limitações da democracia?* Neste painel, foi feita uma análise da conjuntura da região latino-americana e também da atuação das redes temáticas.

### **1.1.2 – Convênio Abong Coordination SUD**

Como informado, foram promovidas diversas atividades pelos quatro eixos do Convênio Abong-Coordination SUD, sendo que a Abong esteve diretamente envolvida nos dois debates do Eixo Internacional..

#### **a) Eixo internacional**

- *Mesa de Diálogo e Controvérsias: Novos Mecanismos de Financiamento ao Desenvolvimento:* Em 29 de janeiro, Abong e Coordination SUD realizaram esta mesa, que contou com cerca de 200 participantes. O objetivo do encontro foi dar continuidade à complexa discussão sobre o tema, iniciada em seminário do Convênio, ocorrido no período de 31 de agosto a 2 de setembro de 2004, em Brasília, – do qual participou também a associação chilena Asociación Chilena de Organismos no Gubernamentales (Acción). Duas questões deram base às análises dos(as) debatedores(as): dizer por que participam do movimento e da reflexão a favor de novas formas de mecanismos/taxas para o financiamento ao desenvolvimento; e que taxas seriam estas.

- *Seminário Internacional – Encontro de Federações Nacionais de ONGs: rumo a uma diplomacia não-governamental.* Realizado também no dia 29 de janeiro por Abong e Coordination SUD, juntamente com as

associações nacionais de ONGs Conseil des ONGs d'appui au développement (Congad/África Ocidental) e Voluntary Association Network of Índia (Vani/Índia), promoveram no V FSM o *Seminário Internacional - Encontro de Federações Nacionais de ONGs: rumo a uma diplomacia não-governamental*. O debate visou a criar uma rede de federações nacionais de ONGs, facilitar na estruturação de redes em âmbito regional e traçar metas comuns. Para tal, com base no Consenso de Mumbai, foram apresentados os trabalhos das federações e plataformas e discutidos temas como: cenário internacional – globalização, financiamento do desenvolvimento, ONU; a conjuntura de alguns países; o conceito “federação internacional de ONGs”. Mais de 50 representações de federações de ONGs de vários países participaram deste seminário.

#### **b) Eixo Urbano**

- *Oficina sobre Observatório Internacional do Direito à Cidade:* Realizado em 29 de janeiro, o objetivo deste encontro foi lançar oficialmente o Observatório e apresentá-lo a outras organizações parceiras, com interesse em se associar e contribuir na sua construção.

- *Seminário sobre a Carta Mundial do Direito à Cidade:* Promovido em 28 de janeiro, em parceria com a Habitat International Coalition (HIC), Secretaria Latinoamericana de la Vivienda Popular (Selvip), Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) – Brasil, Foro Urbano Ecuador, Centro por el Derecho a la Vivienda contra Desalojos (Cohre), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), ActionAid, Alianza Internacional de Habitantes, Frente Continental de Organización. Este encontro contou com a participação de aproximadamente 700 pessoas. O Seminário visou, entre outros, ao recebimento de adesões e de manifestações de compromisso na disseminação da Carta, da plataforma de ação e na implementação da Carta Mundial do Direito à Cidade.

- *Desfile da Escola de Samba Unidos da Cidade Alegre:* O eixo Urbano, em parceria com o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), realizou como atividade cultural o desfile da Escola de Samba Unidos da Cidade Alegre, no dia 28 de janeiro, com saída da Tenda da Reforma Urbana. Esta ação, que teve por objetivo divulgar o tema urbano no Fórum Social Mundial 2005, foi promovida por meio da parceria com a Associação das Escolas de Samba de Porto Alegre, que com seu enredo introduziu o conflito urbano existente na cidade, a luta pela reforma urbana e “qual a cidade que queremos”. Mais de mil pessoas participaram desta atividade cultural, como representantes de organizações

da sociedade civil, movimentos sociais, redes e fóruns que trabalham com o tema da reforma urbana.

### **c) Eixo Rural**

- *Seminário Franco-Brasileiro Modelos de agricultura familiar e desenvolvimento sustentável rural: negociações internacionais sobre os preços dos produtos agrícolas*: Esta atividade foi programada para antes do início do V FSM, sendo realizada nos dias 24 e 25 de janeiro, com a participação de ONGs francesas e brasileiras, entre elas: Departamento de Estudos Sócio-Rurais (Deser), Agronomes et Vétérinaires sans frontières (VSF-CICDA), Coerência, Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná (Rureco), Réseau de Agriculture Durable (RAD), Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa) Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), Confederação Campesina, Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip), Rede de Agroecologia Ecológica, Centro Ecológico, Plate-Forme Française pour des Agricultures Durable et Solidaire (Plate-Forme ADS), Mulheres Camponesas. O encontro teve entre seus objetivos fazer um diagnóstico dos efeitos da liberalização econômica sobre a agricultura familiar, o desenvolvimento sustentável, a soberania alimentar.

- *Seminário e Oficina Soberania alimentar: mobilização das alianças e propostas para uma alternativa ao livre comércio de produtos agrícolas*: Ocorridos em 27 de janeiro, foram promovidos juntamente com a Plate-forme pour des Agricultures Durables et Solidaires (Plate-forme ADS), o Comitê Catholique contre la faim e pour le développement (CCFD), a Confédération Paysanne e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf). As atividades foram realizadas com o objetivo de progredir na mobilização da sociedade civil para a elaboração de propostas alternativas em termos de direito e de instrumentos de regulação, tendo por base experiências e pontos de vista de organizações camponesas, bem como de balanços das iniciativas rurais *versus* negociações de comércio.

- *Reunião Eixo Rural e parceiros(as) com Miguel Rossetto, ministro do Desenvolvimento Agrário do Brasil*: Realizada no dia 27, após o Seminário, para discutir, entre outros temas, sobre os modelos de agricultura familiar e sustentável, violência na zona rural do Estado do Amazonas (ilegalidade fundiária, assassinatos de trabalhadores rurais, devastação

ambiental, etc.), soberania alimentar e transgênicos, especialmente sobre o processo de cooperação entre a região da Bretanha e o Estado do Paraná.

### **d) Eixo Economia Solidária**

- *Seminário Educação para o consumo responsável, comércio justo e economia solidária: caminhos e estratégias comuns*: Ocorrido em 27 de janeiro, organizado em parceria com o Instituto Kairós, a Federação Artisans du Monde e a Rede Ecológica. A atividade teve por objetivo discutir formulações teóricas e propostas de aplicação prática da educação para o consumo responsável nos movimentos da economia solidária e do comércio justo, rumo à consolidação e à ampliação de cadeias comerciais éticas e solidárias – efetiva aproximação entre produtor(a)-consumidor(a). Este seminário foi antecedido pela Oficina sobre *Educação para o consumo responsável, comércio justo e economia solidária: caminhos e estratégias comuns*, que reuniu os(as) parceiros(as) Instituto Kairós, Federação Artisans du Monde e a Rede Ecológica.

- *Oficina Mulheres da economia solidária e as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação*: Realizada em 28 de janeiro, em parceria com a Ação pela Taxa Tobin de Ajuda aos Cidadãos (Attac/França), Les Pénélopes, Projeto Software Livre Mulheres e Lua Nova. O objetivo deste encontro foi debate e trocar experiências sobre a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TICs) por mulheres que trabalham com economia solidária, bem como sobre papel delas em prol da visibilidade das iniciativas de economia solidária conduzidas por mulheres.

### **1.2 - Estande Abong**

A Abong também marcou sua presença no V Fórum Social Mundial com o seu estande, um consagrado espaço de divulgação do trabalho e ações da Associação e das suas mais de 270 associadas. O estande é também um local de informação, esclarecimentos, apoio e comunicação entre as suas associadas e organizações, redes e movimentos parceiros, e entre estes e todas as pessoas interessadas em conhecer suas ações e articulações.

Ao mesmo tempo, os muitos materiais enviados pelas ONGs associadas – jornais, boletins, folders, revistas, livros, CDs, vídeos, roupas, artesanatos – mostraram, mais uma vez, trabalhos que nem sempre têm visibilidade no País, tanto de áreas urbanas quanto rurais.

### 1.3 - Ações de comunicação no processo FSM

A Abong publicou para o V FSM o *Jornal Abong – Edição Especial FSM 2005*, no qual foram divulgadas as suas atividades e das suas associadas.

Além disso, foi realizada cobertura jornalística de várias atividades e ações, como debates, lançamentos de campanhas, etc., que resultaram na elaboração do *Informes Abong Edição Especial Fórum Social Mundial 2005*, datada de 8 a 28 de fevereiro de 2005, disponível no site da Abong.

### 1.4 - Preparação do FSM Policêntrico – A participação da Abong

Durante a reunião do Conselho Internacional (CI) do Fórum Social Mundial, logo após o V FSM, foi decidido que a VI edição do Fórum Social Mundial seria realizada de forma descentralizada, em diferentes regiões do mundo, como forma de enraizamento do processo.

Embora o ano de 2005 tenha sido marcado pelas discussões de finanças por parte da Abong, os debates no Conselho Internacional trataram principalmente da organização e metodologia do Fórum Social Mundial Policêntrico. As representações da Abong participaram nas diversas reuniões do coletivo responsável pelo escritório do Brasil, bem como das reuniões do Conselho Internacional do FSM e da reunião da comissão de finanças.

Contudo, a participação da Associação neste processo de construção do Fórum Policêntrico ficou bastante focada na questão das finanças, devido ao déficit deixado pelo FSM 2005. Nas reuniões do Conselho Internacional, eram sempre feitas apresentações da situação atualizada do déficit e das ações que estavam sendo tomadas pelo coletivo responsável pelo escritório de São Paulo (ex-secretariado) e principalmente pela Abong, para saldar as dívidas e diminuir o déficit. Além disso, a situação financeira prejudicou, algumas vezes, a participação mais ativa da Associação pela própria falta de recursos para viagens e também pela atenção que a dívida demandou das representações.

De outro lado, o processo de construção do FSM Policêntrico deu-se da seguinte forma: em abril, durante a reunião do Conselho Internacional em Utrech, Holanda, Caracas candidatou-se para sede das Américas. Já a candidatura de Karachi (Paquistão) como sede para de um dos capítulos do FSM Policêntrico foi decidida durante uma consulta asiática sobre o Fórum Social Mundial realizada Sri Lanka, entre os dias 4 e 5 de junho, da qual participaram movimentos sociais e ONGs da Ásia.

Durante a reunião do Conselho Internacional entre os dias 20 e 22 junho, em Barcelona, foi confirmada a sede para o FSM 2006 Policêntrico: a cidade de Bamako, em Mali, na África. Na reunião também ficou definido o local em que se realizará o FSM 2007: o Quênia, na África.

Após o estabelecimento das sedes do FSM policêntricos ocorreram diversas reuniões para a definição de temas e a organização dos eventos. Entre elas, em setembro, foi realizada em Haia (Holanda) a reunião da comissão de finanças e recursos do CI, cuja pauta mais uma vez foi a atualização da situação do déficit do FSM 2005, orçamento consolidado do FSM policêntrico 2006, estratégias de captação de recursos para 2006 e para o futuro e idéias para a institucionalização da administração dos recursos.

### 1.5 - GCAP: A Ação Global contra a Desigualdade e a Pobreza

Com a finalidade de pressionar governantes a implementarem políticas que objetivem o fim da pobreza, foi lançada em Porto Alegre, durante o V Fórum Social Mundial, a *Chamada Global para a Ação contra a Pobreza (Global Call for Action Against Poverty - GCAP)*, considerada uma das maiores alianças já organizadas pela sociedade civil em todo o mundo. Várias ONGs associadas e redes parceiras participam da Chamada, divulgando e participando das suas ações.

A GCAP defende políticas públicas nacionais e internacionais de combate à pobreza, que sejam democráticas, transparentes e passíveis de controle por parte dos cidadãos e cidadãs. Para isto, propõe três temas focais: a justiça nas relações comerciais; o cancelamento das dívidas dos países e o aumento real no volume e na qualidade da ajuda oficial para o desenvolvimento. Para tal, são realizados os *Dias da Faixa Branca*, que em 2005 aconteceram em: 1º de julho, com a reunião do G-8, em Gleneagles, Escócia; 10 de setembro, com a Cúpula da ONU, em Nova Iorque; de 13 a 18 de dezembro, com a Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Hong Kong.

## 2. Convênio Abong Coordination SUD

Em 2005, além das atividades conjuntas realizadas no V FSM, Abong e Coordination SUD deram continuidade a realizações de seminários, oficinas e, também, às denominadas missões, em que parceiros(as) brasileiros(as) vão à França, e franceses(as) vêm ao Brasil, com o objetivo de realizar ações conjuntas e conhecer trabalhos locais. Todas as atividades realizadas constam dos sites das entidades, em página especial para as ações deste convênio.

## 2.1 - Ano Brasil na França

No âmbito do Ano do Brasil na França, foi realizado o Fórum Franco-Brasileiro da Sociedade Civil Coordination SUD-Abong, nos dias 12 e 13 de julho de 2005, na sede do Conselho Econômico e Social de Paris. Dentre as atividades destacam-se:

**Eixo Internacional:** a *Mesa Redonda Questões internacionais: o financiamento do desenvolvimento e a diplomacia não governamental*, que teve duas sessões: Sessão 1: O financiamento do desenvolvimento e as taxações internacionais: parcerias bilaterais e conclusões do seminário de Brasília; o caso das taxações internacionais; agenda e papel dos governos e da sociedade civil. Sessão 2: A diplomacia não governamental: parcerias bilaterais e ações regionais; rumo às coalizões mundiais de federações nacionais de ONGs.

**Eixo Urbano:** o *Painel sobre a situação da moradia no Brasil e do direito à cidade*, bem como debates sobre as experiências de lutas urbanas.

**Eixo Rural:** a discussão sobre *Modelos de agricultura familiar e de desenvolvimento rural sustentável no Brasil e na França e Transgênicos*. Ainda foi possível demonstrar a diversidade brasileira por meio da exposição de fotos e produtos de diferentes regiões do Brasil.

**Eixo Economia Solidária:** duas Mesas Redondas: *O papel da economia solidária em prol da segurança e da soberania alimentar* e *As finanças solidárias e os produtos financeiros franco-brasileiros*.

## 2.2 - Missões ao Brasil

Durante 2005, foram realizadas missões de parceiros(as) franceses(as) ao Brasil nos meses de abril (internacional) e novembro de 2005 (urbano). As missões de intercâmbio de parceiros(as) brasileiros(as) à França ficaram centralizadas no mês de julho de 2005, aproveitando a realização do Fórum da sociedade Civil.

## 3. Mesa de Articulação Latino-Americana

Além do seminário realizado no V FSM, a Abong organizou, nos dias 25 e 26 de agosto, o seminário da Mesa de Articulação Latino-Americana no Auditório da ONG Ação Educativa (SP). Participaram redes e associações de ONGs de nove países da América Latina, entre elas, as seguintes associações de ONGs membros da Mesa: Red de Encuentro de Entidades No Gubernamentales para el Desarrollo (Argentina); Asociación Chilena de Organismos no Gubernamentales (Acción – Chile); Asociación Nacional de Centros

(ANC), Grupo Propuesta Ciudadana, Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo (Desco – Peru); Unión Nacional de Instituciones para el Trabajo e Acción Social (Unitas – Bolivia); Asociación Nacional de Organizaciones no Gubernamentales (Pojoaju – Paraguai); Consejo de Educación de Adultos de América Latina (Ceaal – Brasil); Coordinación de ONGs y Cooperativas (Congcoop – Guatemala). Das redes participaram: Ceaal, Associação Latino-Americana de Organizações de Promoção (Alop), Coordenadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (Cries), Plataforma Interamericana de Derechos Humanos Democracia y Desarrollo (PIDHDD).

As três mesas trataram do cenário socioeconômico latino-americano atual. Especificamente, a primeira mesa debateu o tema *América Latina e os impasses ao desenvolvimento - uma visão da conjuntura econômica e social*; a segunda, os *Temas regionais - impasses e perspectivas*; e a terceira mesa tratou do estado da democracia na América Latina – com base na análise de conjuntura dos países e a ação da sociedade civil.

Ao final do seminário, foi realizada uma reunião interna da Mesa, em que se discutiu acerca das agendas das associações diante dos desafios conjunturais. Na ocasião, delineou-se a atuação da Mesa em torno de quatro eixos temáticos.

1. Democracia e desenvolvimento
2. Integração regional
3. Defesa dos bens globais
4. Paradigmas / Referentes políticos

Também foi formado um comitê coordenador provisório, do qual fazem parte: Abong, Associação Latino-Americana de Organizações de Promoção (Alop) e Asociación Chilena de Organismos no Gubernamentales (Acción), que ficou responsável pela elaboração de um plano de trabalho da Mesa de Articulação.

Dentro desses eixos, as redes e associações de ONGs disponibilizaram instrumentos, tais como: boletins, publicações, pesquisas, etc., que podem ser utilizados para divulgação e informação das atividades da Mesa de Articulação.

## 4. Plataforma Portuguesa de ONGs

A Plataforma Portuguesa de ONGDs – organizações não-governamentais de cooperação para o desenvolvimento – foi constituída em 23 de março de 1985, pouco antes da adesão de Portugal à Comunidade



Européia. Em novembro de 2005, 49 ONGDs integravam a Plataforma. Seu objetivo é ser um elo de ligação entre as ONGs, a sociedade civil, os organismos governamentais e outras instituições, como o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (Ipad) e a Confederação Européia das ONGs de Emergência e Desenvolvimento (Concord), com vista a “potencializar as suas ações num mundo cada vez mais globalizado e carente de solidariedade”

Com isso, em abril de 2005, a Abong participou, juntamente com outras oito plataformas de Língua Portuguesa, do *Primeiro Encontro das Plataformas de ONGs dos Países de Língua Oficial Portuguesa*. Este debate foi promovido pela Plataforma Portuguesa de ONGD com o objetivo central de iniciar o processo de construção de um espaço de intercâmbio como meio de reforço das capacidades. O ponto de partida foi a promoção do conhecimento mútuo das ONGs, para, a partir de então, decidir conjuntamente sobre o interesse e a oportunidade de propostas de parcerias entre as plataformas Norte-Sul e Sul-Sul, bem como a definição de estratégias comuns de comunicação, atuação e *lobby* junto a organismos governamentais nacionais, internacionais e na Comissão Européia. Em dezembro, a Plataforma Portuguesa publicou a sistematização dos debates deste Encontro, sob o título *Actas do Primeiro Encontro de Plataformas de ONG dos Países de Língua Oficial Portuguesa*, da qual consta a apresentação da Abong.

## **5. Assembléia Popular - Mutirão por um novo Brasil**

A Abong e várias associadas participaram ativamente do processo que culminou com a Assembléia Popular: Mutirão por um novo Brasil, ocorrida em Brasília entre os dias 25 e 28 de outubro de 2005.

A ação foi organizada pela Semana Social Brasileira e Jubileu Sul, com o objetivo de apontar os possíveis caminhos para um Brasil mais justo e a serviço do bem comum da população, e contou com mais de 40 movimentos sociais, entidades da sua Coordenação Geral e cerca de 8 mil participantes - entre eles(as), a Abong e diversas associadas.

A Assembléia Popular nasceu no final de 2004, por meio de encontros de movimentos sociais realizados em Brasília, com os temas da auditoria da dívida, da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e das alternativas para o país. Com a crise política que se instalou no país, a proposta da Assembléia se consolida em 2005. A Carta Final do encontro está disponível no site <http://www.assembleiapopular.com.br/>.

## **6. Campanha Cris Brasil**

Em 2005, a Abong continuou a apoiar a Campanha Cris Brasil, da qual fazem parte associadas de diferentes Estados. A Cris Brasil luta pela democratização da comunicação e para que se faça valer o direito à comunicação no Brasil. Nesse sentido, a Abong tem divulgado ações, intervenções e debates da Campanha e de suas integrantes, bem como participado de algumas atividades.

Em 2005, entre os debates em prol da democratização da comunicação e do direito humano à comunicação no Brasil, a Cris realizou o *Seminário Cris Brasil: O direito à comunicação e o sistema público de comunicação*, ocorrido no período de 4 a 7 de agosto, com a presença de aproximadamente 70 pessoas de cerca de 40 organizações – entre elas a Abong –, de 11 Estados das cinco Regiões do Brasil. Em outubro, a Cris promoveu atividades na Semana Nacional pela Democratização da Comunicação em vários Estados brasileiros.

## **7. Mobilizações e ações diversas com a participação e/ou o apoio da Abong**

### **7.1 - Ações contra o racismo**

#### **7.1.1 - Marcha Zumbi + 10**

Desde o segundo trimestre de 2005, a Abong divulgou e participou, juntamente com diversas associadas, de todo o processo preparatório à Marcha Zumbi + 10, que teve como tema *Contra o Racismo e pelo Direito à Vida*. Esta grande manifestação aconteceu em Brasília, em 16 de novembro de 2005, integrada por delegações de 15 Estados brasileiros e com aproximadamente 8 mil participantes.

No dia 16, a coordenação nacional da Marcha foi recebida na Câmara dos Deputados pelo deputado Aldo Rabelo; na Esplanada dos Ministérios, pela ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Nilcéa Freire; e no Palácio do Planalto, pelo ministro da Justiça, Márcio Tomaz Bastos, pelo ministro da Secretaria Geral da Presidência, Luiz Dulci, pela Ministra da Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, e pelo presidente da República, Luiz Inácio da Silva. A todos(as) foi entregue um documento oficial, assinado por quase 200 organizações, movimentos e redes, com um balanço da evolução das políticas públicas voltadas para a população negra no Brasil nos últimos dez anos e que apresenta novas e atualizadas proposições de políticas afirmativas para esta população.

Após o dia 16, a Abong salientou em editorial (Informes Abong 331), entre outros aspectos, que a Marcha Zumbi + 10 construiu alianças com diversos segmentos sociais: movimento de mulheres, movimento de luta pela terra, movimentos de luta por moradia, movimentos de juventude, movimentos culturais, religiões de matriz africana, entre outros.

### **7.1.2 - Diálogos contra o Racismo**

Em 21 de março de 2005, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, o Grupo Diálogos contra o Racismo, do qual a Abong e diversas associadas são integrantes, lançou mais uma Campanha: *Mande um cartão vermelho para o racismo no futebol!* A iniciativa chama a população a enviar uma mensagem para a Fifa, Uefa e Real Federação Espanhola de Futebol, exigindo medidas contra o racismo no esporte.

### **7.2 - Ações e debates anti-sexistas e em prol das mulheres**

Além de participar de atividades e ações, a Abong apoiou e divulgou amplamente diferentes iniciativas e debates anti-sexistas e em prol das mulheres, realizados por suas associadas, redes e articulações dos movimentos feminista e de mulheres.

Entre os principais temas e problemas abordados em 2005, destacaram-se, entre outros: o acompanhamento, participação e divulgação nos debates sobre a descriminalização do aborto no âmbito das Jornadas pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro; 8 de março – Dia e Mês Internacional da Mulher e o lançamento da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade; ações e denúncias a diferentes formas de violência contra a mulher; a 49ª Reunião da CSW - Beijing+10; o tráfico de mulheres relacionado à pobreza; controle social da saúde das mulheres; mulheres e comunicação.

### **7.3 - Ações e debates em prol do meio ambiente, da reforma agrária e contra a violência no campo**

A Abong, por meio de ONGs, redes e movimentos parceiros, apoiou e participou de diferentes lutas e questões ambientalistas, entre elas: Protocolo de Kyoto; por justiça ambiental na Amazônia; no âmbito da Lei da Biossegurança, por uma CNTBio plural, isenta e transparente; sobre os retrocessos na CMPI da Terra; por justiça no Campo e pela Reforma Agrária, com sustentabilidade ambiental e com respeito aos direitos humanos de agricultores(as) e populações tradicionais. Da mesma forma, foram denunciadas agressões e assassinatos, ocorridos principalmente na Região Norte

do País, nos confrontos entre representações do *agrobusiness*, seus apoiadores e ambientalistas.

### **7.4 - Parceria Abong/E-Changer**

Desde 1999, a Abong mantém uma parceria com E-Changer (E-CH), uma associação de solidariedade Suíça, que envia ao Hemisfério Sul profissionais especializados, com compromisso de intercâmbio cultural e sociopolítico. O objetivo é potencializar o fortalecimento da sociedade civil organizada.

Em 2005, a Abong contou com dois profissionais de E-Changer atuando em diferentes instâncias no seu Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI): na sede da Associação, em São Paulo; no Regional Nordeste II, em Salvador.

### **7.5 - Primeiro Encontro da Plataforma Brasileira dos Cidadãos**

A Abong participou do Primeiro Encontro da Plataforma Brasileira dos Cidadãos, que ocorreu no dia 15 de julho, em São Paulo. Participaram também algumas associadas e redes parceiras. Nesta primeira reunião, as organizações presentes sugeriram alguns temas de trabalho da Plataforma Brasileira: Reforma da ONU; “Articulação entre o econômico e o social”; Desenvolvimento econômico e social; Responsabilidade social; Cooperação e diálogo Norte-Sul.

A Plataforma brasileira não quer repetir ações já desenvolvidas pelas organizações e redes existentes, mas considera que pode ser uma potencializadora das atuações da sociedade civil organizada, principalmente na área internacional – para a qual foi apontada a necessidade de as organizações brasileiras melhorarem sua capacidade de discussão.

### **7.6 - Referendo sobre o desarmamento no Brasil**

A Abong apoiou amplamente a Campanha a favor da Lei do Desarmamento, que foi submetida a referendo popular no dia 23 de outubro – e que não foi a opção majoritária da população brasileira eleitora. No site, foram divulgadas chamadas, artigos e links para outras páginas eletrônicas, incluindo as que disponibilizaram análises sobre a legislação e afins. O Informes Abong lançou editorial e artigos. Assim, a Associação informou e mobilizou para esta questão, enfatizando a importância da prevalência de uma cultura de paz e do respeito aos direitos humanos.

Os objetivos gerais deste Eixo 2 – *Diálogo com a sociedade civil sobre a identidade e o projeto político das ONGs* – do Plano Trienal da Abong, relacionados às atividades informadas neste capítulo, são:

- *Contribuir para o aumento da visibilidade e legitimidade das ONGs na sociedade brasileira, como organizações de interesse público;*
- *Definir um projeto de Marco Legal e política de acesso a fundos públicos consensual entre as associadas e contribuir para a sua implementação.*

## **1. Seminário Marco Legal em debate no Congresso Nacional**

O *Seminário Marco Legal em debate no Congresso Nacional*, realizado em 4 de maio de 2005, na Câmara dos Deputados (Brasília/DF), foi um salto na ampliação do debate público sobre a legislação e o projeto político das ONGs. A organização deste debate foi feita pela Abong, em articulação com outras redes, fóruns e organizações da sociedade civil: Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Fboms), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA), Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFemea, Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e Instituto Socioambiental (ISA).

Antecederam o seminário algumas articulações políticas pluripartidárias, que buscaram levar aos(as) parlamentares informações sobre as ONGs e a necessidade de se dar mais atenção aos Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional, relacionados às organizações não-governamentais. Foi distribuída para os todos(as) os(as) 594 parlamentares do Congresso Nacional uma pequena publicação, especialmente elaborada para o seminário pela Abong, intitulada *ONGs no Brasil: perguntas e respostas*. Esta publicação também foi distribuída para todos os(as) 300 participantes do evento, entre estes(as), representações de diversas associadas, de diferentes organizações da sociedade civil, assessorias de parlamentares e membros do Poder Executivo e do Ministério Público Federal.

Na Câmara dos Deputados, a Abong organizou o seminário junto ao gabinete do deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG), além de participar de uma audiência pública

organizada pela Comissão de Legislação Participativa, convocando as organizações presentes e parlamentares para o debate. Dialogou também com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, cuja representação participou da mesa de abertura.

Durante o seminário, a Abong se posicionou criticamente sobre a visão burocrática e controladora existente em diversos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional a respeito das ONGs, bem como da necessidade de se avançar em uma legislação que regule claramente as relações entre o Estado e a sociedade civil, no tocante à realização de políticas e/ou ações de interesse público, no acesso aos recursos públicos de forma transparente e democrática, garantindo seu controle social.

### **1.1 - Debate Regional sobre Marco Legal**

O Regional Abong Nordeste 3 promoveu, em 19 de agosto, o *Seminário Democracia, Ética e o Marco Legal das ONGs*. O debate, com a participação de 124 pessoas, teve por objetivo ampliar a discussão sobre democracia, pensando estratégias de atuação da sociedade civil para uma remodelação mais participativa e atuante da sociedade na conjuntura política. Da mesma forma, visou a discutir o projeto do *Marco Legal das ONGs* em trâmite no Congresso Nacional, assim como experiências de êxito de controle social e transparência de prestação de recursos públicos já em prática por um grande número de organizações.

Após o debate, foram tomados os seguintes encaminhamentos: proposta de acompanhamento da discussão sobre Marco Legal junto à Assembléia e identificar parlamentar na Assembléia que discuta essa temática. O encontro teve matéria no Jornal das ONGs, publicado pelo Regional NE 3.

## **2. Seminário ONGs e/em Movimentos Sociais Lançamento e distribuição da publicação sobre Identidade**

A realização do *Seminário ONGs E(m) Movimentos Sociais*, em parceria com o Regional São Paulo, em 28 de junho (São Paulo), e a publicação do Cadernos Abong 33 - *ONGs: um debate sobre a identidade política das associadas à Abong*, de autoria de Rosângela Paz e lançado após o seminário, garantiram a ampliação e aprofundamento do debate sobre identidade.

O seminário teve duas mesas de debates: a primeira, com enfoque na história e nas perspectivas da intervenção das ONGs e movimentos sociais nos espaços públicos, com a participação de representações da PUC/SP, do Instituto Paulo Freire e da Central de Movimentos Populares; o segundo debate teve como tema *A diversidade de experiências de articulação entre ONGs e movimentos sociais* e contou com relatos do Pró-Fórum Estadual de Movimentos e Organizações Juvenis de São Paulo, do Movimento Hip Hop - Organização Zulu Nation Brazil, da Marcha Mundial de Mulheres e da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo.

A publicação foi considerada pela Abong como um passo importante na organização dos conteúdos debatidos até o momento, pois o tema tem sido motivo de debates em várias reuniões da Abong, de seus Regionais e associadas. No último capítulo, por exemplo, são abordados alguns dos desafios e proposições de enfrentamento destes, para que as ONGs avancem na afirmação de sua identidade, como “aprofundamento dos mecanismos de transparência e contrato social” ou “adoção de estratégia de comunicação e visibilidade (mídia e imprensa) acerca dos trabalhos, projetos, idéias e propostas das ONGs associadas para o público geral.

### **3. Ações de comunicação**

Para contribuir para o aumento da visibilidade e legitimidade das ONGs na sociedade brasileira, como organizações de interesse público, durante 2005 a Abong, por meio do Informe Abong, seu site, seu mailing e publicações especiais divulgou suas posições, de suas associadas, redes e movimentos sociais parceiros.

Foram publicadas matérias e notas públicas em momentos de crise nacional, estaduais e locais; esclareceu-se, por meio de entrevistas, sobre temas complexos e de pouco conhecimento da sociedade em geral; foram mostradas e explicadas ações inéditas e constantes de suas associadas, apontando para sua importância no resgate da cidadania de vários grupos sociais e para a transformação do *status quo* com justiça social.

De outra forma, por meio do mailing de associadas, foram divulgadas ações das próprias associadas e/ou redes e movimentos parceiros, como denúncias, campanhas, solicitações de mobilização para questões diversas – como apoio a Projetos de Lei, com envio de comunicados a parlamentares –, seminários e conferências, manifestos e posicionamentos dos Conselhos, entre outros.

Com isto, a Abong evidenciou trabalhos e debates de interesse público, buscando informar, esclarecer e conscientizar sobre determinados temas e problemas, marcando a identidade comum no conjunto plural das ONGs do campo Abong.

Este Eixo 3 – *Controle social das políticas públicas* possui como objetivos gerais:

- *Influenciar no desenho e monitoramento da implementação das políticas públicas tendo como perspectiva a universalização dos direitos;*
- *Continuar o processo de intervenção no PPA, priorizando os mecanismos de monitoramento e avaliação.*

### **1. Seminário Nacional: Novas Estratégias para Ampliar a Democracia e a Participação**

O seminário nacional *Novas estratégias para ampliar a democracia e a participação*, organizado pela Abong em conjunto com outras redes e organizações (Fórum Nacional de Participação Popular/FNPP, Articulação de Mulheres Brasileiras/AMB, Processo de Articulação e Diálogo/PAD, entre outras parceiras), reuniu mais de 60 pessoas de diversas organizações, redes e fóruns, representando 18 Estados da Federação. O seminário nacional ocorreu em Recife, entre os dias 30 de novembro e 2 de dezembro de 2005.

Deve-se salientar que, como etapa de preparação do seminário nacional, foram realizados, entre agosto e novembro de 2005, nove seminários estaduais e regionais (Acre - Amapá - Maranhão - Pará - Tocantins, Ceará, Goiás, Nordeste, Paraíba, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Roraima, São Paulo). Os seminários foram estruturados com base em três eixos de debate: os sentidos da participação; avaliação crítica dos instrumentos e mecanismos de participação; e formulação de novas estratégias para ampliar a democracia e a participação.

Um dos encaminhamentos do seminário nacional foi a articulação de uma agenda comum para 2006, em torno de temas relacionados à Reforma Política e à política econômica.

## **2. Conselhos / Conferências**

### **2.1 - Conselhos e Fóruns Nacionais**

Em 2005, a Abong teve assento e participação ativa em cinco Conselhos de políticas públicas e em um Fórum Nacional. Por meio deles, acompanhou e promoveu ações de âmbito nacional nas áreas em questão, bem como

participou ativamente de todos os processos das Conferências que foram realizadas, em que foram tratados e encaminhados assuntos primordiais, debatidos durante todo o ano.

- **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda):** órgão vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Está a cargo da Abong a presidência do Conanda.
- **Conselho Nacional das Cidades:** órgão vinculado ao Ministério das Cidades.
- **Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção:** órgão vinculado à Controladoria-Geral da União.
- **Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR):** órgão vinculado: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
- **Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN):** órgão vinculado: Ministério do Meio Ambiente.
- **Fórum Nacional de Assistência Social.**

### **2.2 - Conferências**

No âmbito da sua participação em Conselhos e no Fórum Nacional de Assistência Social, a Abong participou em 2005, com direito a voz e voto, de quatro Conferências. Muitas associadas tiveram representatividades nesses processos, não só das Conferências nacionais, mas inclusive em todas as etapas que as antecederam: conferências e debates municipais, estaduais, regionais, que variaram a depender da localidade e do tema em questão.

Nesse sentido, a Abong divulgou informações e análises, visando a mostrar à sociedade a importância desses debates.

#### **2.2.1 - 1ª Conferência Nacional de Promoção Igualdade Racial**

A 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (1ª Conapir) – *Estado e sociedade promovendo*

a *igualdade racial* – foi realizada em Brasília, no período de 30 de junho a 2 de julho de 2005. O encontro foi promovido pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) da Presidência da República e pelo CNPIR para “discutir e encaminhar políticas que dêem conta das desigualdades relacionadas às questões étnicas que envolvem negros, indígenas, ciganos, árabes, palestinos e judeus”, com o objetivo de construir o Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Esta 1ª Conferência contou com 963 delegados(as), nomeados(as) pelas conferências estaduais e 365 autoridades e representantes de entidades nacionais e internacionais, na condição de convidados(as). Enfatize-se que 2005 foi decretado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva o Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Além da participação de diversas associadas e movimentos parceiros em todo o processo de construção desta 1ª Conferência, das suas representações no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) e de integrantes de sua equipe, a Abong divulgou amplamente a Conferência e preparou para o encontro o Cadernos Abong nº 32 – *A Abong na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial*, publicação que contou com artigos de especialistas, inclusive de ONG associada, na temática da discriminação racial. A Conferência Nacional também resultou na publicação do *Informes Abong – Edição Especial 1ª Conapir*.

A Conapir colocou em discussão, de várias formas, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, instituída pelo Decreto 4.886, de 20 de novembro de 2003. Nesse contexto, como citado no documento geral da Conferência, destaca-se como elemento estruturante da política “a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, que incluiu no capítulo intitulado “Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais”, o desafio de “promover a redução das desigualdades raciais.”

Em sua avaliação sobre o processo, divulgada por meio do *Nossa Opinião* (Informes Abong *Edição Especial 1ª Conapir*) a Abong, entre outros pontos, valorizou o significado que a Conferência teve do ponto de vista societário, em termos políticos, culturais e ideológicos. No tocante à sociedade civil, a Associação considerou visível a consolidação de um movimento extremamente positivo de ampliação da luta contra o racismo e a desigualdade racial, em que a luta que o movimento negro travou durante anos de forma praticamente isolada, tocou

outros setores da sociedade - em primeiro lugar, para os povos indígenas e outros grupos étnicos discriminados e excluídos -, começando a ganhar respaldo de outros segmentos da sociedade e crescente legitimidade. Quanto à avaliação da efetiva relevância da 1ª Conapir do ponto de vista das políticas governamentais, foi ressaltado, entre outros, que não é possível acreditar que o incongruente rol de propostas e recomendações que se somaram ao documento base da Conferência - muitas vezes contraditórias entre si – constitua um plano de ação coerente, que sirva de guia para a ação governamental.

### 2.2.2 - 2ª Conferência Nacional das Cidades

Com o lema *Cidade para todos* e a participação de 1.820 mil delegados(as) e 410 observadores(as) de todo o Brasil, aconteceu em Brasília, entre os dias 30 de novembro e 3 de dezembro, a 2ª Conferência Nacional das Cidades, promovida pelo Ministério das Cidades. O encontro deu prosseguimento a um processo iniciado em 2003, quando ocorreu a 1ª Conferência. Para tal, foram realizadas Conferências Municipais, Regionais e Estaduais, cujos trabalhos subsidiaram as discussões em Brasília.

A Abong, por meio da sua representação no Conselho Nacional das Cidades, e diversas associadas e movimentos parceiros acompanharam e participaram de todo o processo de construção desta segunda Conferência.

Deve-se salientar que, no âmbito do tema Cidades, a Abong e o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR) estabeleceram uma relação estratégica durante o ano de 2005 – relação esta que ultrapassa a realização da Conferência e a atuação no Conselho das Cidades, e que envolve a atuação na política urbana e na temática do direito à cidade de forma geral. Com isso, Abong e o FNUR buscaram conjuntamente na Conferência promover o diálogo e a articulação das organizações do segmento ONGs. Com base em uma proposta conjunta, foram definidos oito critérios de forma coletiva para ocupar as vagas de conselheiros(as), amplamente divulgados. Outro aspecto inédito foi a decisão coletiva de redigir uma carta de compromisso e cooperação entre as organizações do campo Abong/FNUR, apontando, entre outras questões, a necessidade de dinamizar a comunicação entre as entidades, facilitando a participação e as contribuições de outras organizações parceiras.

Um dos encaminhamentos importantes da Conferência quanto ao controle social e à participação, foi a mudança da composição do ConCidades, que passou de 71 membros para 86 (entre titulares e suplentes). Essa proposta foi trazida de forma consensual pelos membros

do ConCidades, inicialmente para responder às dificuldades de representação dos Estados. Assim, aumentou o número de vagas para os diversos segmentos dentre os quais para as ONGs (agora com oito vagas). As novas representações do Conselho assumem em abril de 2006.

De forma geral, a 2ª ConCidades, na avaliação da Abong, atingiu o seu objetivo maior, que era definir uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Houve quatro dimensões principais debatidas, correspondendo aos grandes desafios para implantação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: participação e controle social; questão federativa (responsabilidades da União, dos Estados e dos municípios); política urbana regional e metropolitana; financiamento do desenvolvimento urbano.

### **2.2.3 - V Conferência Nacional de Assistência Social**

Entre os dias 5 a 8 dezembro, foi realizada em Brasília, com a participação de mais de 2 mil pessoas, a V Conferência Nacional de Assistência Social, que teve como tema *Suas Plano 10: Estratégias e metas para implementação da Política Nacional de Assistência Social*. Para tal, foram eleitos(as) mais de 900 delegados(as) nos processos preparatórios.

Deve-se salientar que esta V Conferência ocorreu menos de um mês após um importante fato no campo da Assistência Social: após 12 anos de Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e de muitos debates, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou, em 9 de novembro, a resolução para regulamentar o artigo 3º da Loas, publicada em 17 de novembro no Diário Oficial da União. Nesse sentido, a Abong, que integra a coordenação do Fórum Nacional de Assistência Social, bem como muitas associadas, participam e contribuem ativamente para a construção e efetivação da Política pública de Assistência Social.

Nesta V Conferência, a Abong também integrou oficinas e preparou a publicação *A Abong nas Conferências 2005 Criança e Adolescente - Assistência Social*, como colaboração às duas Conferências, ocorridas no mesmo mês. Foram distribuídos 1.400 exemplares durante a realização da V Conferência.

O principal objetivo da V Conferência foi produzir um plano decenal para a implantação do Suas em todo o território nacional. Com isso, a Abong constatou que dois

temas foram muito debatidos: a necessidade de um maior financiamento para a efetiva implantação do Suas e um debate sobre os direitos socioassistenciais, que deveriam ser assegurados pela política. A Conferência aprovou um rol de direitos socioassistenciais, assim como aprovou um plano decenal para a gestão, financiamento e controle social. As metas aprovadas têm ênfase no curto e médio prazos, refletindo a urgência da questão social no Brasil e da construção de respostas eficazes e efetivas. Outro ponto importante de debate foi a crítica à política econômica do governo, que drena os recursos das políticas sociais para o pagamento de juros da dívida e geração de altos superávits primários.

### **2.2.4 - VI Conferência Nacional da Criança e do Adolescente**

No período de 12 a 15 de dezembro, aconteceu em Brasília (DF) a VI Conferência Nacional da Criança e do Adolescente. Com o tema *Participação, Controle Social e Garantia de Direitos - Por uma Política para a Criança e o Adolescente*, esta VI Conferência contou com 1.128 inscritos(as), sendo 955 delegados(as) (adultos e adolescentes) de todas as unidades da Federação. O encontro foi organizado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), cuja presidência está a cargo da Abong, e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH). Durante este sexto encontro, o ciclo orçamentário foi o tema de destaque.

A Abong e muitas de suas associadas acompanharam e participaram, além da etapa nacional, de todos os momentos do processo preparatório desta sexta edição da Conferência. A Associação também preparou a publicação especial, já citada no item 2.2.3: *A Abong nas Conferências 2005 Criança e Adolescente - Assistência Social*, como colaboração às duas Conferências, ocorridas no mesmo mês.

A VI Conferência Nacional buscou olhar para 17 anos de Constituição Federal e 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assim como responder a indagações, entre elas, saber em que medida participação e controle social estão contribuindo para efetivar os direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil. Pelos dados disponíveis, a Abong analisou que houve avanços, como a diminuição da mortalidade infantil e o número de crianças trabalhando no Brasil. Salientou, porém, que as conquistas, na média nacional, escondem de forma perversa e desumana as desigualdades de gênero, raça/etnia, pessoas com deficiência e até o local de residência.

Quanto à incidência da VI Conferência especificamente na modificação do orçamento proposto pelo governo e destinado a crianças e adolescentes, a Abong considerou pouca a probabilidade de isto ocorrer em 2006, considerando que este sexto encontro foi concluído depois de a proposta de orçamento do governo federal já ter sido enviada ao Congresso Nacional. Contudo, tinha-se a expectativa de aprovação da emenda de R\$ 1,280 bilhão para a educação infantil e de outras, voltadas para o enfretamento da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes, a aplicação das medidas socioeducativas e a erradicação do trabalho infantil e proteção do trabalhador adolescente.

### **2.3 - Reuniões nos Regionais sobre participação da Abong em Conselhos**

Depois de realizar, em 2004, uma oficina nacional com todos(as) os(as) representantes da Abong em Conselhos Nacionais, iniciou-se, em 2005, uma estratégia de debate sobre o tema Conselhos nos regionais. Questões como a consolidação e o aprofundamento da democracia participativa, a articulação política dos espaços públicos de participação e a representatividade dos(as) representantes da Abong foram debatidas com associadas da Amazônia, Nordeste 1, São Paulo e Sudeste, mobilizando várias representações para os encontros.

Dessa forma, a Abong pretendeu verificar como suas associadas e a própria Associação têm feito controle social das políticas públicas, bem como construído coletivamente uma proposta de plataforma política de intervenção nos espaços públicos.

Deve-se ressaltar que os dados do levantamento *Perfil das associadas à Abong (2004)* indicam um aumento de 8,27% no número daquelas que participam em redes temáticas e de 18,44% das que têm assento em conselhos de políticas públicas. A Abong, enquanto tal e como já informado, também é chamada a participar, em nível nacional, destes espaços.

### **2.4 - Rede de Tecnologia Social (RTS)**

A Rede de Tecnologia Social (RTS), uma iniciativa voltada para a reaplicação de tecnologias sociais em território nacional, foi lançada oficialmente em 14 de abril de 2005. A RTS nasce da reunião de seis entidades/Ministérios – Fundação Banco do Brasil (FBB), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Instituto Ethos, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Petrobras e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), hoje, instituições mantenedoras da RTS –, que se articularam,

em 2004, para constituir uma rede que potencializasse e expandisse as chamadas TSs (tecnologias sociais), conceito trabalhado centralmente pela FBB. Além deste conjunto de instituições parceiras que compõem o Comitê Coordenador da RTS está o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que estabelecerá o elo com instituições de ensino e pesquisa.

Entre as ONGs e articulações que fazem parte da RTS está a Abong, como articuladora de redes sociais, juntamente com a Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA), o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e o Instituto Ethos.

A RTS definiu que em 2005 a prioridade seria projetos das Regiões Norte e Nordeste e das periferias (bolsões de pobreza) dos grandes centros urbanos. Um critério adicional faz com que sejam privilegiadas as regiões nas quais existam Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento (Consads), política implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Social. O site da Rede, onde são encontradas informações detalhadas, é [www.rts.org.br](http://www.rts.org.br).



Este Eixo 4 do Plano Trienal da Abong – *Democratização da esfera pública* – tem como objetivos gerais:

- *Intervir na reforma política para ampliar e consolidar os mecanismos de democracia participativa e deliberativa; Influenciar a arquitetura da participação associada a um novo modelo de Estado;*
- *Contribuir para a ampliação do acesso as informações públicas; Intervir na Reforma do Judiciário para garantir sua democratização com controle social.*

Nesse sentido, a Abong se destacou em 2005 com as ações descritas a seguir.

### **1. Ação da Abong diante da crise política**

Durante os meses de junho, julho e agosto, a Abong se envolveu em um intenso movimento de debate, articulação e posicionamento diante da crise política e das denúncias de corrupção do governo Lula e do PT.

A Abong, em conjunto com outras organizações e movimentos – entre estes, Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFemea), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) –, deu início a uma série de reuniões e debates em Brasília. Essas discussões se articularam posteriormente com os debates da Coordenação dos Movimentos Sociais, em São Paulo, contra os processos de corrupção e de desestabilização do governo. A articulação dos posicionamentos desses dois grupos deu origem à *Carta ao Povo Brasileiro* (Anexo 1), datada de 21 de junho de 2005, onde foi proposta uma agenda nacional com cinco pontos principais:

- Realizar mudanças na política econômica, no sentido de priorizar as necessidades do povo e construir um novo modelo de desenvolvimento. Os recursos públicos têm de ser investidos, prioritariamente, na garantia dos direitos constitucionais.
- Realizar, por meio do debate com a sociedade, uma ampla reforma política democrática. Uma reforma que fortaleça a democracia e dê ampla transparência ao funcionamento dos partidos

políticos e aos processos decisórios, incluindo a regulamentação dos processos de democracia direta, o que implica o exercício do poder popular mediante plebiscitos e referendos, conforme proposta apresentada pela CNBB e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ao Congresso Nacional.

- Fortalecer os espaços de participação social na administração pública e criar novos espaços nas empresas estatais e de economia mista, viabilizando o controle social e real compartilhamento do poder.
- Fortalecer as iniciativas locais em favor da cidadania, da participação e da educação popular, como por exemplo, os comitês pela ética na política, conselhos de controle social, escolas de formação política.
- Enfrentar o monopólio dos meios de comunicação, garantindo sua democratização, inclusive por meio do fortalecimento das redes públicas e comunitárias.

Em 11 de agosto, o Conselho Diretor da Abong emitiu *Nota Pública sobre a crise política* (Anexo 2) – publicada no Informe Abong 317 –, na qual declara que: “Torna-se inevitável o reconhecimento de que um ciclo de mais de 20 anos de lutas dos movimentos sociais e de organização da sociedade civil brasileira, em cujo horizonte se encontra(va) um projeto democrático de transformação social, voltado para a redução das desigualdades e para a justiça social, não encontrou a sua tradução adequada num projeto de governo. Frustraram-se as esperanças de milhões de cidadãs e cidadãos, que apostaram num projeto político de mudança. O governo Lula deu continuidade a políticas – principalmente a política econômica – que aprofundam a concentração de riqueza e de poder”.

### **2. A Abong e a Reforma Política nacional**

Tendo em conta a conjuntura de instabilidade política no Brasil entre o final do mês de maio e em junho de 2005, a Abong manifestou amplamente sua posição sobre a situação então corrente e, também, sobre qual a natureza da reforma política que o país necessita (Informe Abong 313). Da mesma forma, publicou artigo explicando por que ONGs discutirem reforma política, mostrando a importância da participação da sociedade civil organizada neste debate (Informe Abong 316).

A Abong considerou que a crise, à ocasião em, curso tinha origem estrutural e sistêmica, com solução na defesa e concretização dos princípios que devem nortear a política: a ética, que deve se materializar na punição exemplar daqueles(as) que se apropriam privadamente dos recursos e do poder públicos; a participação popular, aprofundando mecanismos de democracia participativa e direta; e o respeito às diversidades, garantindo voz e poder político a grandes parcelas da sociedade brasileira que sempre foram excluídas pela desigualdade econômica e social e pela violência: negros(as), mulheres e os povos indígenas.

Acima de tudo, a Associação salientou que uma verdadeira reforma do sistema político brasileiro deve subordinar a economia à política, fazendo com que a política econômica seja um instrumento de redistribuição de renda e de desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira. Não existe aprofundamento democrático e reforma no plano político sem uma verdadeira democracia e reforma no plano econômico.

Foi com base nesses princípios que a Abong se manifestou publicamente contra uma reforma política restrita simplesmente a ajustes na legislação eleitoral e partidária em curso no Congresso Nacional. Entre os aspectos salientados, a Associação avaliou que a proposta, no plenário da Câmara dos Deputados, não atacava as causas estruturais dos principais problemas da vida política brasileira. Com relação a alguns dos pontos aprovados, a Abong defendeu que deve ser incluída na apresentação de candidaturas em listas fechadas a alternância de gênero e etnia, obedecendo critérios de representação política pluriétnica e multirracial, bem como ações específicas que melhorem a competitividade de determinados grupos.

Contudo, a Abong também apontou que uma reforma efetiva do sistema político brasileiro vai muito além da proposta aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Deve ser mais ampla, extrapolando a vida partidária para abranger a participação popular nas decisões políticas e econômicas. “As organizações e movimentos entendem que a política não é monopólio exclusivo de políticos(as) eleitos(as) e nem dos partidos, mas do conjunto da sociedade. Seguindo este princípio, as mudanças, além de aperfeiçoar a democracia representativa, precisam conjugá-la com os instrumentos de participação direta.”

O Eixo 5 – *Desenvolvimento institucional* –, o último do Trienal Abong 2004-2006, possui os seguintes objetivos gerais:

- *Internalizar e ampliar o debate entre as associadas sobre os temas estruturantes do triênio;*
- *Implementar a política de comunicação da Abong e assegurar o gerenciamento da mesma;*
- *Fortalecer a estrutura da Abong e dos regionais dentro da visão de DI sistêmico e de campo;*
- *Promover o desenvolvimento institucional das ONGs; Garantir a sustentabilidade financeira da Abong.*

## **1. Atividades dos Regionais**

No ano de 2005, os Regionais da Abong desenvolveram atividades de cunho político e formativo. Além de as questões locais terem sido objetos de muitas destas ações, também cresceu o número dos que promoveram debates das temáticas ou reeditaram articulações políticas que a Abong estava promovendo nacionalmente.

Temas como Planejamento, Monitoramento e Avaliação, Mobilização de Recursos e Comunicação Estratégica, tratados pela Abong em 2004, foram revisitados nos três Regionais do Nordeste, Amazônia, Sudeste e Sul em 2005, por meio de grupos de trabalho (GTs), oficinas e seminários. Garantiu-se a reflexão política e estratégica dos temas como ponto de partida e referência para a tomada de decisões e escolhas técnico-operacionais. Privilegiaram, também, os debates das experiências das organizações associadas.

Os Regionais do Nordeste tiveram papel central na disseminação das várias visões e opiniões sobre a transposição do Rio São Francisco, promovendo debates e vídeo-conferências sobre o tema, envolvendo representantes de organizações, movimentos sociais, de assembleias legislativas e de comunidades atingidas por barragens. Já o Regional Sudeste da Abong manifestou-se constantemente contra atos de violência e chacinas, ocorridos principalmente na cidade do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, inclusive com publicações de artigos na grande imprensa.

Várias atividades estiveram focadas no debate reflexivo sobre as estratégias de participação da Abong e suas associadas nos espaços formais de controle social. No

Regional Amazônia, Nordeste 1, São Paulo e Sudeste, este processo antecedeu os Fóruns Estaduais de Participação Popular, e o debate foi ampliado incluindo a reflexão quanto a novas estratégias para ampliar a participação e a democracia. Estas atividades – além dos debates sobre a crise política e Marco Legal, realizado em vários dos Regionais – também foram oportunidades de ampliar as questões em torno do tema identidade e papel político das organizações associadas.

Por fim, cabe ressaltar a socialização de informações e realização de consultas pelos(as) diretores(as) que representam a Abong nos espaços públicos como os Conselhos Nacionais de Promoção da Igualdade Racial, da Transparência, das Cidades, nos Fóruns de Assistência Social e da Criança e do Adolescente, na Rede de Tecnologia Social. Como resultados, tem ocorrido uma ampliação da capacidade das organizações associadas participarem dos debates nos espaços locais e tem possibilitado uma participação mais articulada e posicionada da Abong nos espaços nacionais.

## **2. Oficinas PDI**

### **2.1 - Oficina Racismo e Desenvolvimento Institucional**

Em sua Assembléia Geral, ocorrida em setembro de 2003, a Abong definiu o combate ao racismo como um dos eixos principais do seu Plano Trienal. Com o objetivo de ampliar o debate sobre a promoção da igualdade racial dentro das organizações associadas, o Programa de Desenvolvimento Institucional da Abong promoveu, nos dias 28 e 29 de setembro, em São Paulo, a *Oficina Racismo e Desenvolvimento Institucional*.

Estiveram presentes representações da diretoria executiva e de todas as oito diretorias regionais da Abong, bem como mais de 20 representantes de associadas – tanto do movimento negro e de mulheres negras quanto de organizações mistas – e integrantes das equipes Abong de São Paulo e de Brasília. Racismo e cotidiano, o conceito de racismo, racismo institucional foram os temas centrais da oficina. Foi um processo de reflexão, trabalhado no sentido da resolução de conflitos e da construção de conhecimento.

### **2.2 - Oficina Monitorando a captação de recursos**

Esta terceira e última oficina da série sobre captação de recursos, realizada no Regional Abong Sul com apoio do

PDI, teve como objetivo discutir o monitoramento da captação de recursos com base nos planos elaborados pelas organizações. Além da análise crítica dos planos com base nos critérios levantados nas oficinas anteriores, também foram estudados planos de monitoramento e feitos exercícios práticos de adaptação dos mesmos à realidade das organizações. No último, dia foram debatidas as campanhas como formas de captação de recursos e também foram feitos estudos de casos sobre este tema.

### **3. Atividades do Conselho Diretor da Abong**

As reuniões do Conselho Diretor da Abong foram também oportunidades para a realização de atividades abertas, envolvendo associadas e/ou parceiros(as) locais.

Em abril, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), promoveu-se um encontro do CD com associadas do Regional Sudeste. Estiveram presentes cerca de 40 pessoas, representando 21 organizações. Os objetivos foram aproximar as agendas Nacional e Regional; fortalecer os canais de comunicação entre a direção e o conjunto das associadas; e construir novas formas de maior contato e integração. Houve intenso debate em torno de temas candentes no cotidiano do Rio de Janeiro, como a violência urbana (no fim de semana anterior tinha ocorrido a Chacina em Vigário Geral), ou sobre questões gerais e transversais à pauta da Abong, como a desigualdade racial, de gênero e aspectos relativos à identidade e ao próprio sentido atual da atuação das ONGs.

Belém (PA) foi sede do encontro do CD em agosto. Na ocasião, promoveu-se um debate sobre a conjuntura política marcada pela crise do governo Lula. A atividade contou com a presença de diversas associadas e organizações parceiras do Regional Amazônia, tais como Comitê Gestor do Fundo Dema, Fórum da Amazônia Oriental (Faor), Fórum de Mulheres da Amazônia, Fetagri, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Instituto Economia Solidária, Secretariado Regional Confederação Nacional dos Bispos (CNBB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Foi elaborado um texto de referência para subsidiar o debate.

As discussões apontaram para a Abong alguns dilemas e constatações: as diferenças dentro do campo democrático popular – e, neste sentido, é imperativo o posicionamento político claro que não se restrinja ao apoio ou não a governos. Evidenciou-se que é um desafio, mas imprescindível, que a Abong consiga ampliar o diálogo entre as associadas, com seus parceiros e com a sociedade em geral, de forma a construir e explicitar seu

posicionamento político. Neste sentido, o CD elaborou e divulgou a *Nota Pública sobre a crise política* ao final deste encontro (Anexo 2), já comentada no item 1 do Eixo 4.

### **4. Comunicação: boletins, impressos, publicações, outros veículos e ações**

Em 2005, a área de comunicação e informação da Abong continuou e ampliou seu processo de divulgação das atividades da Associação, das suas associadas e também de redes, articulações, fóruns e movimentos sociais parceiros. Com isso, buscou-se constantemente esclarecer, debater e também mobilizar seus leitores e leitoras, pessoas de diversos segmentos sociais, imprensa nacional e alternativa, entre outros, para múltiplos temas e problemas centrais na sociedade brasileira.

#### **4.1 - Boletins**

##### *– Informes Abong*

Em seu sétimo ano de edição, o boletim eletrônico *Informes Abong* deu continuidade à divulgação de ações de suas associadas e de seus parceiros e parceiras, que de forma direta ou indireta promoveram intervenção na esfera pública. O *Informes* também continuou a divulgar a opinião da direção da Abong, colocando em debate, mobilizando, emitindo notas públicas da Associação e esclarecendo a sociedade para questões e problemas de âmbito nacional, internacional e regionais.

Em dezembro de 2005, o *Informes Abong*, enviado por correio eletrônico, possuía 14.856 endereços cadastrados, entre eles, os de associadas, diversas organizações sem fins lucrativos, instituições de pesquisa, parlamentares, órgãos públicos, universidades e pessoas físicas. O boletim também é enviado para mais de 2 mil jornalistas e profissionais da comunicação de todo o Brasil. Neste mesmo mês, o *Informes* chegou à 336ª edição, 39 editadas durante o ano. Também foram publicadas duas edições especiais, que contaram com a cobertura in loco da assessoria de comunicação da Abong, a saber: V Fórum Social Mundial (fevereiro) e 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (julho).

##### *– De olho em Brasília*

Em dezembro de 2005, o *De Olho* foi distribuído para 14.582 inscritos e inscritas no seu cadastro e chegou à última edição com 47 números publicados naquele ano.

O boletim ampliou o número de temas abordados e deu continuidade à divulgação do trabalho e agenda do Executivo e do Legislativo, informações sobre as ações dos Conselhos, Secretarias Especiais, Fóruns, entre outras.

#### 4.2. Site

O site da Abong ([www.abong.org.br](http://www.abong.org.br)) continuou a ser referência para diversas organizações e pessoas, tendo uma média de 2.400 acessos diários em dezembro de 2005 – neste mesmo mês, em 2004, o número de acessos foi de 1.800.

##### 4.2.1 - Reformulação e atualização

Como novidade, em 2005, foi trabalhada a reformulação da estrutura e atualização de conteúdos do site. Com a nova estrutura, o conteúdo da página eletrônica da Abong ganhou mais visibilidade e o acesso ficou muito mais ágil. Além da nova estrutura, foi criada uma área de interatividade com o público e associadas, onde estão previstas duas formas de participação: a *Enquete*, para lançar debates de temas conjunturais e problemáticas sociais; e *Deixe seu comentário*, cujo tema estará sempre relacionado com o *Nossa Opinião*, editorial do Informe Abong.

A interatividade com as associadas se dá por meio da atualização das informações do *Banco de Projetos* e *Banco de Publicações*.

##### 4.2.2 - Páginas do convênio com Coordination SUD no site da Abong

Abong e Coordination SUD possuem em seus sites um link dedicado ao convênio, onde estão discriminadas e detalhadas todas as ações, notícias, fichas de atividades, etc., realizadas no âmbito desta parceria.

#### 4.3 - Material de divulgação institucional e de atividades

- Em 2005, a Abong reelaborou o seu folder institucional, com novo projeto gráfico e modificação/atualização do seu conteúdo.
- Elaboração de prospectos para Seminários Abong e parceiras no FSM: *Seminário Internacional Democracia na América Latina: limites e possibilidades para a mudança; Mesa de Diálogo e Controvérsias: Novos Mecanismos de Financiamento ao Desenvolvimento; Seminário*

*Internacional – Encontro de Federações Nacionais de ONGs: rumo a uma diplomacia não-governamental*

#### 4.4 - Publicações especiais

Em 2005, a Abong lançou as seguintes publicações especiais, também disponíveis em formato pdf no site da Associação:

- *Relatório Democratizar a Democracia – A Abong em 2004*: Em formato de revista e linguagem jornalística, traz as principais ações e atividades da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais e suas respectivas parcerias, no ano de 2004.
- *Ação das ONGs no Brasil – perguntas e respostas*: Esta publicação, lançada no Seminário *Marco Legal das ONGs em debate no Congresso Nacional*, traz as principais perguntas e respostas sobre a ação das organizações não-governamentais no Brasil, tendo como base cinco grandes temas: *ONGs: pluralidades e identidades; Campo político da Abong; Sustentabilidade e autonomia; Mecanismos institucionais de controle das ONGs; e A legislação atual e o Marco Legal que queremos.*
- *A Abong nas Conferências 2005 Criança e Adolescente - Assistência Social*: publicação produzida para as conferências:

#### 4.5 - Cadernos Abong

O Cadernos Abong, em 2005, passou por um novo projeto gráfico. O novo formato, em duas cores, e também com espaços para fotos e ilustrações ficou mais “arejado” e atrativo, tornando sua leitura mais agradável. Já neste novo formato, foram publicados dois Cadernos:

- Cadernos Abong 32 – Maio de 2005 – *A Abong na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial*: Esta edição dos Cadernos Abong - Maio de 2005 - traz uma contribuição da Abong ao trabalho da 1ª Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (1ª CNPPIR). Os textos que compõem esta publicação tentam responder ao duplo desafio – conceitual e político – que representa a participação na luta contra o racismo e pela inclusão racial no Brasil.

- Cadernos Abong 33 – Junho de 2005 – *Organizações Não-Governamentais: Um Debate Sobre a Identidade Política das Associadas à Abong*: publicação que procura reconstituir os antecedentes históricos do debate atual sobre a identidade política das ONGs, resgatando o contexto em que ele se deu desde os anos 1960 e 1970. Recuperam-se, assim, trajetórias políticas diversas e, em determinados momentos da história recente do Brasil, antagônicas, que hoje aparecem diluídas no discurso do terceiro setor.

#### **4.6 - Jornal Abong – Edição Especial FSM 2005**

Feito especialmente para distribuição no V Fórum Social Mundial, o *Jornal Abong – Edição Especial 2005*, para o qual foi desenvolvido um projeto gráfico próprio, trouxe uma análise da participação da Abong na construção do processo Fórum Social Mundial, bem como em todas as outras quatro edições do FSM. A publicação também destacou em matérias as atividades das associadas, assim como de redes, fóruns e articulações das quais participam, e também os seminários da parceria Abong-Coordination SUD e com a Mesa de Articulação de Associações Nacionais e Redes de ONGs da América Latina e Caribe. A publicação trouxe, ainda, em encarte à parte, as atividades realizadas pelas associadas em Porto Alegre.

#### **4.7 - Clipping**

A partir do segundo semestre de 2005, a Abong contratou os serviços da *Clipping Express*, com o objetivo de acompanhar principalmente como veículos da grande imprensa das principais capitais, bem como sites, estão noticiando – e se estão dando visibilidade – as ações da Abong, de suas associadas e de organizações sem fins lucrativos em geral. Da mesma forma, buscou-se olhar como o chamado *terceiro setor* está sendo compreendido pela mídia nacional.

### **Novas associadas Abong em 2005**

**Durante as reuniões do Conselho Diretor da Abong, ocorridas em 2005, foram aprovadas como associadas as seguintes ONGs:**

**ELO – Ligação e Organização - Salvador (BA)**

**Centro de Apoio a Trabalhos e Iniciativas na Área de Criança e do Adolescente (Ceatica) - Mossoró (RN)**

**Loucas de Pedra Lilás – Recife (PE)**

**Instituto Saber-Ser Amazônia Ribeirinha (Issar) – Itaiteua/Outeiro – Belém (PA)**

**Centro de Direitos Humanos de Araguaína – Araguaína – Tocantins (TO)**

**Comunicação Interativa (Cipó) - Pituba – Salvador (BA)**

**Imena - Bairro do Laguinho – Amapá (AP)**

**Instituto de Permacultura em Terras Secas (Ipêterras) – Irecê (BA)**

**Instituto Kairós – Ética e Atuação Responsável - São Paulo (SP)**

**Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO) – Palmas (TO)**

## CONSELHO DIRETOR 2004-2006

### Diretoria Executiva

Jorge Eduardo Saavedra Durão - *Diretor geral*  
Taciana Gouveia - *Diretora de desenvolvimento e fortalecimento institucional*  
José Antonio Moroni - *Diretor de relações institucionais*  
Sérgio Haddad - *Diretor de Relações Internacionais*

### Regionais Abong

Como em anos anteriores, em 2005, a Abong contou em sua estrutura com os seguintes regionais:

#### **Regional Amazônia (AC,AM,MA,PA,RO,RR,TO)**

Maura Rejane Lameira de Moraes  
Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes – Apacc (Belém/PA)  
Tel.: (91) 3229-2210.  
Endereço eletrônico: [abong@interconnect.com.br](mailto:abong@interconnect.com.br)  
O regional possui uma página eletrônica própria [www.tipitima.hpg.com.br](http://www.tipitima.hpg.com.br), com informações além das disponíveis no site da Abong.

#### **Regional Centro-Oeste (DF,GO,MS,MT)**

Mônica Nogueira (Diretora regional até junho de 2005)  
Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN (Brasília/DF). A partir de julho, esta diretoria regional ficou vaga.  
Tel: (61) 3327-8085 Fax: (61) 3328-5933.  
Endereço eletrônico: [monica@ispn.org.br](mailto:monica@ispn.org.br)

#### **Regional Nordeste I (AL,PB,PE)**

Mônica Oliveira  
Centro Nordestino de Animação Popular – Cenap (Recife/PE)  
Telefax: (81) 3442-9769.  
Endereço eletrônico: [abong@cenap.org.br](mailto:abong@cenap.org.br)  
Assistente: Leila Gouveia dos Santos  
Assessora de Comunicação: Raquel Lafayette

#### **Regional Nordeste II (BA,SE)**

Damien Hazard  
Vida Brasil (Salvador/BA)  
Tel.: (71) 3322-3875 / 3321-4382.  
Endereço eletrônico: [abongne2@uol.com.br](mailto:abongne2@uol.com.br)  
Secretária Executiva: Márcia Dias  
Assistente: Jean-David Rochat

#### **Regional Nordeste III (CE,PI,RN)**

Oscar Arruda d'Alva  
Instituto Sertão - Pelo Desenvolvimento Humano e Meio Ambiente (Fortaleza/CE)  
Tel.: (85) 3253-2422.  
Endereço eletrônico: [abong.ne3@terra.com.br](mailto:abong.ne3@terra.com.br)  
Assistente: Maryellen Silva de Mesquita

#### **Regional São Paulo (SP)**

Antonio Eleilson Leite  
Ação Educativa  
Tel/fax: (11) 3151-2333 ramal 149.  
Endereço eletrônico: [abongsp@uol.com.br](mailto:abongsp@uol.com.br)  
Assistente: Janaína Aparecida Santana

#### **Regional Sudeste (ES,MG,RJ)**

Tatiana Dahmer/ Fase Nacional  
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase/RJ)  
Tel.: (21) 2536-7350 - Fax: (21) 2536-7379.  
Endereço Eletrônico: [tdahmer@fase.org.br](mailto:tdahmer@fase.org.br)  
Assistente: Glaucia Hauptman  
([abongsudeste@cedacnet.org.br](mailto:abongsudeste@cedacnet.org.br))

#### **Regional Sul (PR,RS,SC)**

Francisco de Assis da Silva  
Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria – Ceca (São Leopoldo/RS)  
Tel.: (51) 3568.2548.  
Endereço eletrônico: [abongsul@terra.com.br](mailto:abongsul@terra.com.br)  
O regional possui uma página eletrônica própria [www.forumsulabong.org.br](http://www.forumsulabong.org.br), com informações além das disponíveis no site da Abong.

### **Apoiadores(as)**

Em 2005, a Abong contou com o apoio das seguintes agências internacionais:  
Fundação Ford, Icco, EED, Kellogg e Oxfam.



## **Expediente Abong 2005**

### ***Equipe Abong***

#### **Assistente de Diretoria**

Marcos José Pereira da Silva

#### **Administrativo**

Denize Cardoso Pereira

Kelly Cristina Vieira dos Santos

Tereza Heloína Silva Santos Teixeira

Wanderley A. T. Figliolo

#### **Comunicação**

Cirto Lino dos Santos

Denise Gomide

Neusa Dias

#### **Desenvolvimento Institucional**

Helda Oliveira Abumanssur

Jérôme Perret

#### **Coordenador Escritório Brasília**

Alexandre Ciconello

#### **Assistente do programa de convênio Abong-Coordination SUD**

Maureen Santos

#### ***Participaram desta publicação:***

##### **Coordenação editorial**

Taciana Gouveia

**Edição:** Denise Gomide

##### ***Colaboração***

Alexandre Ciconello

Carolina Gil

Helda Oliveira Abumanssur

Marcos José Pereira da Silva

Maureen Santos

Neusa Dias

Taciana Gouveia

##### **Diagramação**

Neusa Dias

## ANEXOS

### ANEXO 1

#### CARTA AO POVO BRASILEIRO

**Contra a desestabilização política do governo e contra a corrupção:  
Por mudanças na política econômica, pela prioridade nos direitos sociais e por reformas  
políticas democráticas!**

A sociedade brasileira mudou e, na Constituinte de 1988, decidiu por mudanças. Constituiu novos poderes e elegeu novos governantes, para promover processos de transformação social. Criou novas estruturas, combateu velhas instituições e gerou novos mecanismos para fazer valer os direitos de todas e cada uma das pessoas a uma vida digna.

Com a força desta história recente, mas vigorosa, de fortalecimento e radicalização da democracia em nosso país que nós, representantes das organizações populares, das organizações não governamentais, do movimento sindical, dos movimentos sociais e personalidades, convocamos toda a sociedade brasileira, cada cidadão e cada cidadã, para uma grande e contínua mobilização que torne possível enfrentar a crise política e fazer prevalecer os princípios democráticos.

Nas últimas eleições, com a esperança de realizar mudanças na política neoliberal que vinha sendo praticada desde 1990, o povo brasileiro elegeu o Presidente Lula. Até este momento, avaliamos que pouca coisa mudou e presenciamos um mandato cheio de contradições. De um lado, o governo seguiu com uma política econômica neoliberal, resultado de suas alianças conservadoras. De outro, adotou um discurso da prioridade social e uma política externa soberana e de aliança com as nações em desenvolvimento. A eleição do Lula reacendeu as esperanças na América Latina, e influiu de forma positiva em alguns conflitos políticos na região.

De olho nas eleições de 2006, as elites iniciaram, através dos meios de comunicação uma campanha para desmoralizar o governo e o Presidente Lula, visando enfraquecê-lo, para derrubá-lo ou obrigá-lo a aprofundar a atual política econômica e as reformas neoliberais, atendendo aos interesses do capital internacional.

Preocupados com o processo democrático e também com as denúncias de corrupção que deixaram o povo perplexo, vimos à público dizer que somos contra qualquer tentativa de desestabilização do governo legitimamente eleito, patrocinada pelos setores conservadores e antidemocráticos.

Exigimos completa e rigorosa investigação das denúncias de corrupção, feitas ao Congresso Nacional e à imprensa, e punição dos responsáveis. Sabemos que a corrupção tem sido, lamentavelmente, o método tradicional usado pelas elites para governarem o país.

Exigimos também a investigação das denúncias de corrupção, por ocasião da votação da emenda constitucional que aprovou a reeleição e dos processos de privatização das estatais ocorridas no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Trata-se portanto, de fundamentar a vida política em princípios éticos como a separação entre interesses privados e interesses públicos, de transparência nos processos decisórios e a promoção da justiça social.

Diante da atual crise, o governo Lula terá a opção de retomar o projeto pelo qual foi eleito, e que mobilizou a esperança de milhões de brasileiros e brasileiras. Projeto este que tem como base à transformação da sociedade e do Estado brasileiros, uma sociedade dividida entre os que tudo podem e tudo têm e aqueles que nada podem e nada têm.

Por isso, vimos a público defender, e propor ao governo Lula, ao Congresso Nacional e a sociedade civil, as seguintes medidas:

1- Realizar e apoiar uma ampla investigação de todas as denúncias de corrupção que estão sendo analisadas no Congresso Nacional e punir os responsáveis

2- Excluir do governo federal setores conservadores que querem apenas manter privilégios, afastar autoridades sobre as quais paira qualquer suspeição e recompor sua base de apoio, reconstruindo uma nova maioria política e social em torno de uma plataforma anti-neoliberal.

3- Realizar mudanças na política econômica no sentido de priorizar as necessidades do povo e construir um novo modelo de desenvolvimento. A sociedade não suporta mais tamanhas taxas de juros, as mais altas do mundo, sob o pretexto de combater a inflação. A sociedade não sustenta a manutenção de um superávit primário, que apenas engorda os bancos. Os recursos públicos têm de ser investidos, prioritariamente, na garantia dos direitos constitucionais, entre eles, emprego, salário-mínimo digno, saúde, educação, moradia, reforma agrária, meio ambiente, demarcação das terras indígenas e quilombolas.

4- Realizar, a partir do debate com a sociedade, uma ampla reforma política democrática. Uma reforma que fortaleça a democracia e dê ampla transparência ao funcionamento dos partidos políticos e aos processos decisórios. Por isso, somos favoráveis à fidelidade partidária, ao financiamento público exclusivo das campanhas, à exclusão das cláusulas de barreira, e à apresentação de candidaturas em listas fechadas com alternância de sexo, obedecendo critérios de representação política pluriétnica e multiracial. Queremos também a imediata regulamentação dos processos de democracia direta, que implica o exercício do poder popular mediante plebiscitos e referendos, conforme proposta apresentada pela CNBB e a OAB ao Congresso Nacional.

5- Fortalecer os espaços de participação social na administração pública e criar novos espaços nas empresas estatais e de economia mista, viabilizando o controle social e real compartilhamento do poder.

6- Fortalecer as iniciativas locais em favor da cidadania e da participação e da educação popular, como por exemplo os comitês pela ética na política, conselhos de controle social, escolas de formação política.

7- Enfrentar o monopólio dos meios de comunicação, garantindo sua democratização, inclusive através do fortalecimento das redes públicas e comunitárias.

Neste momento de mobilização, conclamamos as forças democráticas e populares a se mobilizarem para realizar manifestações de rua e protestos, e trabalhar para promover as verdadeiras mudanças que o país e o povo precisa.

Brasília, 21 de junho de 2005.

Atenciosamente

Seguem-se entidades e movimentos da sociedade e da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais)

ABI - Associação Brasileira de Imprensa  
ABONG - Associação Brasileira de ONG  
ABRAÇO – Associação Brasileira de Rádios Comunitárias  
Ação da Cidadania Contra a Fome a Miséria e pela Vida  
AMB..-. Articulação de mulheres brasileiras

ANPG – Associação Nacional dos Pós Graduandos  
Campanha Jubileu Brasil contra as dívidas e contra a Alca  
CBJP - Comissão Brasileira Justiça e Paz  
CEBRAPAZ -  
CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria  
CIMI - Conselho Indigenista Missionário  
CMP - Central dos Movimentos Populares  
CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação  
CONAM – Confederação Nacional de Associações de Moradores  
CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras  
CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil  
Conselho Nacional de Iyalorixás e Ekedes Negras  
CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CSC - Corrente Sindical Classista  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
EDUCAFRO Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes  
Federação Nacional dos . Advogados  
Federação Nacional dos (as) Farmacêuticas  
Federação Nacional dos Economistas  
FENAC - Federação Nacional das Associações  
FENAE - Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal  
Grito dos Excluídos  
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
IBRADES Instituto Brasileiro de Desenvolvimento  
INESC - Instituto de Estudos SocioEconômicos  
JOC - Juventude Operária Cristã  
MAB \_ Movimento dos Atingidos por Barragens  
Marcha Mundial das Mulheres  
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas  
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MSU – Movimento dos Sem Universidade  
MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados  
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto  
P.O Nacional - Pastoral Operária Nacional  
Sindicato dos (as) Farmacêuticos (as) no Estado de São Paulo  
Sindicato dos economistas do DF  
UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas  
UBM - União Brasileira de Mulheres  
UNE - União Nacional de Estudantes  
UNMP – União Nacional de Moradia Popular

## **ANEXO 2**

### **NOTA PÚBLICA SOBRE A CRISE POLÍTICA**

A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais vem expressar de forma inequívoca a sua posição diante da crise que ora atravessa a sociedade brasileira. Ao obedecer a este imperativo ético e político, o faz em sintonia com seus compromissos históricos, com o aprofundamento da democracia e dos processos participativos, com a luta contra a exclusão e pela redução das desigualdades sociais - com ênfase nas dimensões de raça e de gênero -, com a luta pela promoção e defesa dos direitos humanos (inclusive dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais) e com a busca de um novo modelo de desenvolvimento, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Torna-se inevitável o reconhecimento de que um ciclo de mais de 20 anos de lutas dos movimentos sociais e de organização da sociedade civil brasileira, em cujo horizonte se encontra um projeto democrático de transformação social, voltado para a redução das desigualdades e para a justiça social, não encontrou a sua tradução adequada num projeto de governo. Frustraram-se as esperanças de milhões de cidadãos e cidadãs, que apostaram num projeto político de mudança. O governo Lula deu continuidade a políticas - principalmente a política econômica - que aprofundam a concentração de riqueza e de poder. Causam indignação a manutenção e a reprodução de práticas que comprometem o funcionamento do regime democrático. Portanto, é preciso erradicar a corrupção sistêmica do Estado brasileiro, cuja matriz se encontra na tradição histórica patrimonialista e na drástica desregulamentação e privatização do patrimônio público, ocorridas a partir de 1990.

A crise aponta para os limites do modelo atual de democracia representativa e para a importância de se avançar em mecanismos de democracia participativa e direta. Revela também a necessidade da democratização da comunicação, ao evidenciar mais uma vez o perverso poder das mídias a serviço dos interesses dominantes, que buscam criminalizar os movimentos sociais e as ONGs.

A extensão da tragédia política que se abateu sobre o povo brasileiro ainda está por ser avaliada, e certamente dependerá da capacidade que for demonstrada pelas instituições políticas e pela sociedade civil de assegurarem a recuperação da credibilidade da vida pública no País, instaurando o primado da Ética na política, reformando radicalmente o sistema político brasileiro de modo a restaurar a sua legitimidade. Essa verdadeira re-fundação da República requer também a recuperação da soberania popular, de modo a que o voto popular recupere o poder de determinar mudanças reais das políticas. A democracia não pode se conciliar com a ditadura do pensamento único - que seqüestrou a gestão da economia - e muito menos com o seqüestro da política. Se prevalecerem os compromissos políticos espúrios, e se a razão cínica triunfar mais uma vez, é de se temer que a sociedade brasileira mergulhe numa perigosa etapa de desesperança e despolitização.

A crise brasileira não se reduz à degradação do Estado. A deterioração da vida da população e a fratura da solidariedade social - acentuadas pela repetida frustração das promessas de mudanças - mergulharam a sociedade brasileira numa espiral de violência, urbana e rural, que já atingiu níveis insuportáveis. Diante dessa guerra civil de fato, as ONGs estão determinadas a prosseguirem na luta contra as desigualdades que estruturam a sociedade brasileira - a injusta concentração de renda e de poder, a desigualdade racial e de gênero. Diante do dilema de encontrar o caminho certo, para não desprezar o sonho nem ignorar a realidade, não renunciaremos à grandeza de um investimento coletivo de décadas, construído tijolo por tijolo por antigos e por novos movimentos sociais. A Abong e suas associadas continuarão a investir prioritariamente no fortalecimento dos sujeitos coletivos da transformação social, de forma autônoma e não partidária.

Diante da crise política e de suas enormes implicações para o futuro do País, a Abong tem procurado atuar, junto com os diferentes movimentos sociais, organizações populares, sindicatos e ONGs. Na “Carta ao Povo Brasileiro” e em recente manifestação contra o chamado “acordão”, afirmamos os pontos básicos do consenso entre essas organizações. Reiteramos aqui a nossa exigência de completa apuração dos atos de corrupção e a punição de todas as pessoas responsáveis, tanto no Estado quanto na iniciativa privada. Não compactuaremos com o desvirtuamento do projeto político de mudança nem toleraremos que a defesa da ética na política se torne monopólio de uma direita fantasiada de campeã da moralidade pública.

A Associação Brasileira de ONGs está disposta a somar-se a todas as organizações da sociedade civil e a todos os segmentos e instituições da sociedade brasileira que compartilhem os mesmos valores de defesa da Democracia, da Ética e da Justiça Social, na mobilização ampla de toda a sociedade, sem a qual se perderá esta histórica oportunidade de afirmação da democracia no Brasil.

Belém, Pará, 11 de agosto de 2005.

**O Conselho Diretor da Abong**



**Associação Brasileira de Organizações  
Não Governamentais**

**Abong Nacional**

Rua General Jardim, 660 - 7º andar - Vila Buarque  
01223-010 São Paulo - SP  
Tel./Fax: (11) 3237-2122  
E.mail: [abong@uol.com.br](mailto:abong@uol.com.br)  
Site: [www.abong.org.br](http://www.abong.org.br)

**Escritório Brasília**

SCS - Qd.08 - Bloco B-50 - Sala 417  
Edifício Venâncio 2000  
70333-970 Brasília - DF  
Tel.(61) 3226-9126  
E.mail: [abongbrasil@uol.com.br](mailto:abongbrasil@uol.com.br)